

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.358.503 - SP (2018/0228914-8)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
ADVOGADO : BRUNO HENRIQUE GONÇALVES - SP131351
AGRAVADO : FRANCISCO FERNANDES - ESPÓLIO
REPR. POR : TEREZINHA APARECIDA MARTINS FERNANDES -
INVENTARIANTE
AGRAVADO : FERNANDO MARTINS FERNANDES
AGRAVADO : FABRICIO MARTINS FERNANDES
ADVOGADOS : MARCO ANTÔNIO GERONIMO - SP094759
LEVY ALEXANDRE MALARA - SP151972
SÉRGIO SOARES DAS NEVES E OUTRO(S) - SP174618

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 509, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL Ação de restituição de valores pagos cumulada com indenização por danos morais Consórcio Sentença de parcial procedência Inconformismo da administradora de consórcios Pedido de reforma, sob o argumento de que o saldo devedor corresponde ao valor de R\$ 69.313,91 (sessenta e nove mil trezentos e treze reais e noventa e um centavos), referente à carta de crédito do grupo 4053 (Cota 044) Razões recursais dissociadas da sentença, vez que a condenação se refere ao ressarcimento dos valores pagos pelos autores à ré, a título de prêmio, no período compreendido entre o óbito do segurado e o reconhecimento de seu falecimento pela ré Ausência de impugnação específica Pedido de redução do valor arbitrado a título de honorários advocatícios Falta de interesse recursal à ré Recurso não conhecido.

Opostos embargos de declaração (fls. 514/518, e-STJ), esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 528/534, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 3º, § 3º e 4º da Lei 11;795/08; 373, inciso I do Código de Processo Civil/15; 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor. Sustenta, em suma, "ser incabível a condenação da ora recorrente a pagar valores que já foram restituídos aos recorridos, vez que tal conduta traduziria em uma condenação à repetição em dobro de valores, conforme dispõe o art. 42, parágrafo único, do CDC".

Contrarrazões às fls. 543/547, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 548/549, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) não foi demonstrada a alegada vulneração ao dispositivo arrolado; ii) incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 552/554, e-STJ), buscando destrancar o processamento do apelo especial, no qual a insurgente alega ter preenchido os pressupostos de admissibilidade. Refuta os óbices supracitados.

Contraminuta às fls. 557/558, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. No concernente à afronta aos artigos 3º, § 3º e 4º da Lei 11.795/08; 373, inciso I do CPC/15; 42, parágrafo único do CDC, embora a ora agravante tenha apresentado embargos de declaração, incide, na espécie, o óbice da Súmula 211 do STJ, porquanto ausente o devido prequestionamento, haja vista que as matérias reguladas no aludido dispositivo não foram interpretadas pelo Eg Tribunal de origem.

Ademais, nas razões do especial deixou a insurgente de apresentar eventual ofensa ao art. 1.022 do CPC/15, correspondente ao 535 do CPC/73, razão pela qual incide na espécie a Súmula supracitada, a qual possui o seguinte teor: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

Oportuno consignar, que para se configurar o prequestionamento da matéria é necessário extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. PERÍCIA. INDEFERIMENTO. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL DO JUIZ. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.

3. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

4. A legislação processual civil vigente manteve o princípio da persuasão racional do juiz, em seus artigos 370 e 371, o qual preceitua que cabe ao magistrado dirigir a instrução probatória por meio da livre análise das provas e da rejeição da produção daquelas que se mostrarem protelatórias.

5. Inviável rever o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias, para acolher a existência de cerceamento de defesa pelo indeferimento da realização da perícia, sem a análise dos fatos e das provas dos autos, o que é inviável em recurso especial diante da incidência da Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1105171/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS

CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 26/06/2018)

2. Ademais, em uma análise detida dos fundamentos que lastrearam o aresto recorrido, depreende-se que o Tribunal *a quo* não conheceu do recurso de apelação interposto pelo ora agravante, sob o fundamento de conter razões dissociadas da sentença combatida, pronunciando-se nos seguintes termos (fls. 511/512, e-STJ):

Os autores informam que Francisco Fernandes celebrou diversos contratos de consórcio com a ré, todos com pacto acessório de seguro prestamista. Ocorre que, em 21/08/2012 o segurado fora vítima de acidente aéreo, no qual seu corpo não fora encontrado, tendo sido reconhecida sua morte presumida apenas em 11/02/2014, quando da prolação da competente sentença declaratória.

Sobreveio sentença nestes autos, em que o MM. Juízo "*a quo*" julgou parcialmente procedentes os pedidos articulados na inicial, para, tão somente, reconhecer o direito dos autores ao ressarcimento da quantia de R\$ 134.090,67 (centro e trinta e quatro mil e noventa reais e sessenta e sete centavos), que correspondem aos valores que, comprovadamente, os autores dispenderam para efetuar o pagamento dos prêmios devidos nos meses subsequentes à morte do segurado.

Nesse contexto, o caso é de não conhecimento do recurso interposto, vez que da simples leitura das razões recursais, constata-se que o apelante não impugnou qualquer fundamento da r. Sentença hostilizada. A ré apela, a fim de que seja reduzido o valor da condenação, em razão de reconhecer que o saldo devedor corresponde ao valor de R\$ 69.313,91 (sessenta e nove mil trezentos e treze reais e noventa e um centavos), referentes à carta de crédito do Grupo 4053 Cota 044. A esse respeito, segue jurisprudência:

(...)

Diante dessas circunstâncias, é possível verificar que os valores referentes às cartas de crédito oriundas dos consórcios celebrados entre o segurado e a administradora ré não são objeto de cobrança nesta ação.

Todavia, em suas razões de apelo nobre, a recorrente a afirmar que o "valor da indenização do seguro foi pago aos beneficiários".

Assim sendo, o descompasso argumentativo existente entre o entendimento firmado pela Corte de origem e as razões deduzidas pela parte insurgente em seu apelo nobre, associado à subsistência de fundamentos válidos, não atacados atraem, por analogia, a incidência dos enunciados contidos nas Súmulas 283 e 284, do STF.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA INJUSTIFICADA NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DA MATÉRIA TRATADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO VALOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas pelo Tribunal de

origem de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões deve ser afastada a alegada violação ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Não se conhece de recurso especial cujas razões estão dissociadas da matéria tratada pelo acórdão recorrido. Súmula 284/STF.

(...)

7. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 774.370/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015; grifou-se)

3. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator